

O papel da Universidade e das Organizações Sociais frente à formação do complexo celulose-papel¹

Winnie Overbeek²

Será que as diferentes organizações sociais existentes numa determinada região têm algum papel a cumprir perante a instalação de um complexo de plantações de monoculturas de árvores e fábricas de celulose? Diria que sim, e mais, sua atuação é de suma importância. Isso em função dos vários impactos negativos sobre as comunidades locais que costumam ocorrer nas regiões onde este tipo de complexo se instala. É algo que podemos observar em regiões que há décadas convivem com este complexo como o Norte do Espírito Santo e o Extremo Sul da Bahia, além de outras regiões do Brasil e do mundo.

No Espírito Santo, há mais de 10 anos que uma parcela da sociedade civil percebeu que era necessária uma articulação maior entre Ongs, movimentos sociais, acadêmicos e comunidades diretamente afetadas como indígenas, quilombolas, camponeses com e sem terra, para conseguir reverter alguns destes impactos, garantir direitos, sobretudo ao território de comunidades tradicionais e para reforma agrária, e frear a proposta de ampliação dos plantios em função da duplicação da fábrica da Aracruz Celulose, a atual Fibria. Chamamos esta articulação de *Rede Alerta contra o Deserto Verde*.

É bom ressaltar que esta articulação, desde seu início, ultrapassou as fronteiras do Espírito Santo, primeiro rumo a Bahia e, mais tarde, a Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, a partir de uma percepção que o projeto de eucalipto/celulose não respeitava fronteiras de estado, ao contrário. É um projeto diretamente ligado a

¹ Texto produzido a partir das reflexões do autor na mesa-redonda “O papel da Universidade e das Organizações Sociais frente à formação do complexo celulose-papel”, correspondente ao “I Simpósio sobre a formação do complexo celulose-papel em Mato Grosso do Sul: limites e perspectivas”, realizado na UFMS – Campus de Três Lagoas, no período de 30 de Junho a 02 de Julho de 2011.

² Winnie Overbeek, coordenador internacional do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM) e membro do Centro de Pesquisas e Estudos para o Extremo Sul da Bahia (CEPEDES).

uma economia globalizada onde empresas procuram os lugares mais lucrativos, geralmente nos países do hemisfério Sul, para produzir e atender os mercados que mais consomem seu produto, tradicionalmente localizados nos países industrializados do Norte e recentemente também na China e outros países emergentes com um crescimento econômico em alta.

A Rede Alerta contra o Deserto Verde diz bem em seu nome que busca alertar a sociedade sobre os impactos do projeto de celulose-papel. De fato há muitas alertas a fazer e vou tentar passar aqui alguns que eu julgo ser de suma importância a partir da nossa experiência.

Um primeiro alerta é sobre a linguagem utilizada pelas empresas de eucalipto e celulose quando cheguem numa região escolhida por elas e começam a apresentar sua proposta à opinião pública. Estas empresas costumam falar que vão implantar “florestas plantadas”, ou seja, vão plantar florestas. Pergunto: tem como plantar uma floresta? É claro que não, a única coisa que podemos plantar são árvores. Uma floresta como conhecemos no Brasil é muito mais do que um conjunto de árvores da mesma espécie. As florestas no país contam com uma rica biodiversidade de árvores, plantas e animais, uma capacidade de manter e proteger os recursos hídricos e abrigam comunidades para as quais a floresta representa sua ‘casa’.

No entanto, as empresas têm um aliado poderoso na sua defesa de que as plantações são florestas. Trata-se da FAO, a organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura que define uma floresta como "*Uma terra com superfície superior a 0,5 hectares com árvores de mais de 5 metros de altura e uma cobertura de copa de mais de 10 por cento, ou árvores capazes de atingir esses limiares in situ. Não são incluídas as terras com uso predominantemente agrícola ou urbano.*" Segundo esta definição uma monocultura de 100 mil hectares de eucalipto pode ser considerada uma ‘floresta’. Sendo a FAO que define a floresta desta forma, muitos outros organismos internacionais, instituições e governos copiam e utilizam esta definição, com consequências graves para todas aquelas que lutam pela

conservação da sua floresta e contra a expansão das monoculturas. Inclusive, exatamente por esta definição, uma monocultura de cerca de 100 mil hectares de eucalipto, como a da Veracel Celulose na Bahia, tem conseguido certificar seu suposto ‘manejo florestal’ por selos como o do FSC, como um manejo ‘socialmente justa, ambientalmente adequada e economicamente viável’, uma contradição tremenda.

Agora, se numa floresta européia com relativamente poucas espécies de árvores a definição da FAO de florestas talvez possa soar aceitável, no Brasil certamente não, com suas centenas espécies de árvores e inúmeras mais de outras espécies animais e vegetais. Por isso, não é de se estranhar que a definição da FAO que, de forma muito reduzida e fragmentada, considera que uma floresta é apenas um conjunto de árvores, tem a ver com o surgimento há alguns séculos, na Alemanha, Europa, da silvicultura moderna, da engenharia florestal. Nesta visão, o que interessa mesmo numa floresta são as árvores e, mais precisamente, a madeira. E, na época, este interesse foi alimentado pela recém-criada indústria de papel/celulose quando descobriu que, com o uso de máquinas, poderia fazer papel mais barato a partir de fibras de madeira.

Chegamos assim ao segundo alerta: o projeto de produção de celulose é uma atividade, dentro do mundo capitalista, que tem uma lógica de crescimento contínuo, ou seja, é uma atividade que se executa em escalas cada vez maiores e, sendo assim, ela custam cada vez mais recursos. São cada vez mais terras, mais subsídios, sendo que sem subsídios e incentivos, o projeto não se viabiliza. Uma fábrica de celulose para produzir mais de um milhão de toneladas não fica por menos de dois bilhões de reais. No Brasil, este dinheiro é garantido com dinheiro público do BNDES³, incluindo a compra de terras. Na prática, significa que em qualquer região de expansão de eucalipto, ocorre um aumento significativo nos preços da terra que muitas vezes se multiplicam ou até se triplicam, inviabilizando,

³ Banco Nacional de Desenvolvimento Social e Econômico.

por exemplo, o processo de reforma agrária que costuma contar com escassos recursos, também públicos.

É bom lembrar também que as máquinas cada vez maiores exigem uma matéria prima cada vez mais homogênea. Isso significa que para as empresas é fundamental que elas tenham um controle do território. Para isso, além de suas equipes compostas por empresas de ‘segurança’ armada, precisam contar com o apoio do Estado para efetivar este controle através das diferentes polícias.

Um terceira alerta é que aqui no Brasil as árvores de eucalipto crescem extremamente rápido o que torna a atividade extremamente lucrativa para as empresas. Por isso temos nada menos que 6.7 milhões de hectares de plantações de monoculturas de árvores no Brasil⁴. Somos campeões do mundo em produtividade de madeira por hectare, comparada com outros países do hemisfério Sul. No Brasil, a produtividade do eucalipto, com ciclos de rotação de 6-7 anos, pode chegar a 50 m³/ha/ano, enquanto no Chile e na África do Sul esta produtividade cai quase pela metade. Na Finlândia, em função do clima, este índice cai muito mais porque as árvores precisam crescer 50 anos ou mais até o momento ideal para o corte. Além da alta produtividade, Brasil tem o atrativo de terra e mão-de-obra barata. Com isso, tem um custo de produção entre os mais baixos do mundo, em torno de US\$ 250 por tonelada de celulose⁵. Hoje o preço de celulose está em mais de US\$ 800⁶ por tonelada de celulose, ou seja, a atividade de fato aparenta ser muito lucrativa. Vale lembrar que parte deste lucro é reinvestida na criação de um ambiente favorável para os negócios, como financiamento de campanhas eleitorais e, por exemplo, a Veracel Celulose na Bahia tem investido até mesmo na estrutura da polícia no Extremo Sul da Bahia.

⁴ http://www.agr.feis.unesp.br/salatier/afc/Eucalipto_Jorge.ppt#260,2, Setor Florestal

⁵ <http://www.portaldoagronegocio.com.br/conteudo.php?id=13496>

⁶ <http://m.estadao.com.br/noticias/economia,fibria-ve-mercado-aquecido-de-celulose-e-projeta-estabilidade-de-precos,55278.htm>

O quarto alerta: pelo fato que o eucalipto produz tão bem no Brasil, qualquer outra atividade rentável a base de plantações de eucalipto torna-se vantajoso no país. Isso é especialmente interessante para empresas em tempos de mudanças climáticas e discussões sobre como transformar nossa economia numa suposta ‘economia verde’. Por isso, o governo brasileiro busca garantir num próximo Acordo de Clima um mecanismo que reconhece e paga pela suposta capacidade das plantações de eucalipto armazenarem carbono. Também, no Brasil as empresas buscam dominar a tecnologia de produzir etanol a partir de madeira de plantações de eucalipto. Um outro projeto é o da empresa Suzano no Nordeste onde pretende plantar eucalipto com ciclos de 2-3 anos para biomassa, convertendo a madeira de eucalipto em chamados ‘pallets’ que serão exportados para Europa onde serão incinerados em usinas de geração de energia no Reino Unido. E, por fim, vale lembrar também a prática de plantar eucalipto para produzir carvão vegetal, que já existe há tempos, sobretudo em Minas Gerais e no Pará, para alimentar a indústria de ferro-gusa com uma energia supostamente ‘renovável’.

Vale lembrar que relacionado ao eucalipto para produzir o etanol, está muito ligada o uso da tecnologia de transgenia nas árvores de eucaliptos, que se torna vantajosa neste caso. No entanto, os impactos desta tecnologia são ainda muito pouco conhecidos, mas possivelmente desastrosas se houver uma contaminação, um cruzamento, de material genético modificada do eucalipto com árvores nativas. A opção de produzir um eucalipto estéril que poderia teoricamente acabar com o perigo do ‘cruzamento’ traz em si um outro risco: o da transferência desta característica para árvores nativas.

- Um quinto alerta: no caso do eucalipto para produzir papel, sempre ouvimos falar que o mundo precisa de papel, que todos nos consumimos papel e que, sobretudo, um mundo cada vez mais civilizado e moderno, necessitaria de cada vez mais papel. No entanto, isso não é verdade. Primeiramente, os níveis de consumo dos diferentes países são bastante desiguais. Enquanto um brasileiro consome em média um torno de 35 kg/pessoa/ano, um europeu consome em média 5-10 vezes mais enquanto o

africano até 10 vezes menos. Além disso, mais da metade do consumo de papel da sociedade moderna é composto por papel de embalagem e papeis descartáveis. Que uma sociedade com mais consumo de papel seria mais ‘civilizada’ é uma informação falsa e perigosa o que pode ser verificado nos níveis de consumo em países com uma taxa de alfabetização semelhante: enquanto Vietnã tem uma taxa de alfabetização de 93 %, bastante próximo à taxa da Finlândia com 99%, o consumo de papel no primeiro país é de 15 kg/pessoa/ano, enquanto no segundo país este consumo é de 324 kg/pessoa/ano.⁷

Sexta alerta: sempre ouvimos falar que uma empresa de eucalipto e celulose vai gerar muitos empregos. Na verdade, na hora de construir uma fábrica de celulose são gerados relativamente muitos empregos, mas na hora que isso acaba, os empregos são poucos, algo como um emprego direto em cada 122 hectares de eucalipto e um emprego direto e indireto por cada 28 hectares, no caso da Aracruz/Fibria no Espírito Santo⁸. Qualquer outra atividade agrícola gera mais emprego. E mesmo a pecuária que gera também poucos empregos, seu impacto local é bem diferente no sentido que nas fazendas costumam viver famílias, no eucalipto não. Além disso, ocorre que a maioria dos empregos nas plantações é perigosa como a aplicação de veneno. Mas mesmo a função de operador de máquina de corte de árvores de eucalipto gera doenças de trabalho, já que ele ou ela tem que executar cinco funções ao mesmo tempo na sua cabina aparentemente confortável e ar-condicionado. Durante a ultima crise financeira, vários operadores da máquina de corte da Fibria buscaram seus direitos por serem demitidos depois de ter ficado doentes e fragilizados pela troca dos equipamentos por outros mais baratos, mas, em função de ser mais baratos, mais danosos para sua saúde. Por ter ficado com problemas de saúde, eles não interessavam mais à empresa. Vale lembrar que a necessidade da Aracruz/Fibria reduzir gastos era sua dívida bilionária naquele momento de crise financeira mundial, por ter especulado com vendas

⁷ www.wrm.org.uy . Video ‘Mountains of paper, mountains of injustice’

⁸ De’Nadai et al. Promessas de emprego e destruição de trabalho: o caso Aracruz Celulose no Brasil. Coleção do WRM sobre as plantações/02. 2005 (disponível em www.wrm.org.uy)

futuras, os chamados derivativos. Quem pagou por esta prática irresponsável foram trabalhadores, sofrendo uma maior exploração da sua força de trabalho.

Sétima alerta: as plantações reduzem as pressões sobre as florestas naturais. Trata-se de uma visão que aparentemente é correta. Se eu tiro madeira de uma plantação de eucalipto, não preciso desmatar a floresta nativa. Acontece que as plantações de eucalipto nas nossas regiões são promovidas para produzir celulose, não para abastecer o mercado de madeira para móveis e/ou outros fins. Inclusive, as pequenas indústrias de móveis no Espírito Santo e no Extremo Sul da Bahia sempre tiveram muita dificuldade para conseguir madeira na região, apesar da presença de mais de 500 mil hectares de eucalipto.

Mesmo que hoje em dia as empresas expandem mais sobre áreas de pastagem sem desmatar em larga escala, diferente dos anos 1960 até 1990 quando Aracruz/Fibria e Veracel conseguiram desmatar dezenas de milhares de hectares de mata atlântica sem nunca terem pagado por isso, a seguinte pergunta fica: qual é o impacto do deslocamento do gado das fazendas compradas e cobertas por eucalipto? Pouquíssimos pesquisadores no país se dedicam a este tipo de pesquisa que necessariamente requer um trabalho minucioso, mas trata-se de algo fundamental. A experiência empírica, por exemplo, no Extremo Sul da Bahia tem sido que tem havido uma ligação entre o avanço do eucalipto no extremo sul com o avanço do desmatamento no sul da Bahia.

Oitava alerta: os que promovem as monoculturas argumentam que suas plantações são benéficas para as comunidades locais. Esta constatação é desmentida por praticamente qualquer comunidade que tem uma convivência direta com as plantações de eucalipto e no Espírito Santo costumam chamar o eucalipto de 'deserto verde'. Percebem que começa a faltar água, percebem a aplicação de agrotóxicos e, sobretudo, as mulheres sentem os impactos, por exemplo as mães que vêm suas filhas saindo todos os dias para aplicar veneno nas plantações, pouco a pouco se envenenando também com todas suas consequências, ou ficando

lesionados com o trabalho repetitivo nos viveiros de mudas de eucalipto. Vale lembrar que os impactos sobre as mulheres nas comunidades vizinhas do eucalipto geralmente é algo esquecido nas análises e pesquisas, mas alguns poucos estudos mostram que elas sofrem de impactos diferenciados e muito graves que precisam ser identificadas e consideradas.⁹

Uma menção em especial merece a situação de calamidade nas comunidades quilombolas no norte do Espírito Santo onde a Fibria ocupa terras destas comunidades, inclusive terras devolutas. Enquanto o processo de regularização por parte do INCRA¹⁰ não avança, muito em função do lobby do agronegócio dentro do próprio governo, as comunidades se vêem obrigados a sobreviver das madeiras e seus restos deixados pela Fibria, contraditoriamente plantadas nas suas próprias terras, onde enfrentam uma perseguição exemplar por parte do Estado, a pedido da Aracruz. Dezenas de quilombolas respondem processo por ‘furto’ de madeira e temos visto ações por parte do batalhão de missões especiais da polícia militar no final de 2009, prendendo de uma só vez quase 40 quilombolas cujo ‘crime’ é buscar garantir a sobrevivência das suas famílias. Vale lembrar que a Fibria busca sempre negar a identidade quilombola destas comunidades tradicionais, enquanto continua usando as terras que, por direito, pertencem aos quilombolas. Trata-se de uma grande injustiça que ocorre naquela região.

Considerações finais

Resta uma ultima pergunta: qual é o futuro de uma região que aposta num modelo de desenvolvimento baseado num complexo de plantações em larga escala de monoculturas para celulose? De certa forma, fazer esta opção parece ‘virar as costas’ para a própria região, uma vez que a lógica do projeto de celulose-papel é enriquecer acionistas que não vivem na região, enquanto os impactos ficam na região, no território. Acredita-se que a maioria da população certamente sonha com

⁹ Barcellos, Gilsa e Simone Ferreira: Mulheres e Eucalipto: histórias de vida e resistência. Brasil. Coleção do WRM sobre as Plantações no. 11. 2007

¹⁰ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

alternativas de futuro, mas não está sendo ouvido pelas autoridades para que seus desejos e propostas possam ser assumidos pelo poder público e apoiadas. Por outro lado, alternativas como a reforma agrária não conta com o apoio necessário, totalmente diferente dos bilhões que o BNDES investe nas fábricas de celulose e plantações de eucalipto.

O atual momento em que vivemos indica que o modelo econômico ao qual o complexo de eucalipto/celulose pertence está falido, já que exige uma quantidade de recursos naturais que segundo um relatório recente do Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas, a UNEP¹¹, tende a se triplicar nos próximos 40 anos, agravando de vez o problema ambiental mais grave da humanidade: o aquecimento global e as mudanças climáticas relacionadas. É necessário mudar este modelo, pensando primeiramente a sustentabilidade ao nível da região, articulado com a busca e fortalecimento de uma identidade regional: significa que o Estado, em vez de atender as empresas de celulose em todas as suas demandas, precisa pensar junto com o povo – homens e mulheres, idosos e jovens -, pensar uma distribuição de terras e de renda, pensar os ecossistemas e as verdadeiras vocações.

Para este processo e seu resultado não tem receita pronta, diferente do caso de uma mesma monocultura que é implantada da mesma forma em qualquer lugar do planeta. Para construir alternativas, é necessária incentivar a criatividade do povo e para tanto é necessário ouvir a população e apoiar suas iniciativas econômicas dentro de uma outra lógica, de fontes de energia alternativas, de uso limitado de recursos naturais. Por exemplo, para produzir uma quantidade determinada de produtos de papel, considerados necessários e acessíveis para toda a população e a partir de uma fonte de fibra de fato sustentável.

¹¹ <http://www.unep.org/resourcepanel/Publications/Decoupling/tabid/56048/Default.aspx>

DEBATE¹²

Questão 1 - Renê Parren¹³

Sou do MST de Andradina/SP, observei que muito se falou criticamente sobre a vocação da região, mas nós não ouvimos falar sobre o conceito de bioma. Temos vários biomas no Brasil, essa palavra é de origem grega que significa vida, ou seja, o que se tem naquela região, suas características. Então por que não usam o conceito de bioma? Como vimos aqui o nosso bioma é o cerrado, precisamos dele para entender como é realmente essa região. Em segundo lugar, não podemos deixar de criticar o modelo de desenvolvimento, finalmente estão saindo algumas colocações nesse sentido porque no fundo tudo isso bate no sistema de desenvolvimento. E estamos muito preocupados, nossos governos continuam numa linha capitalista neo-desenvolvimentista, apoiando as fusões, bombando grandes empresas capitalistas privadas para competir. Enfim, o fortalecimento de certo modelo que tem as consequências que estamos presenciando aqui nessa região de Mato Grosso do Sul, e na região de Andradina, estado de São Paulo. Em Três Lagoas é o modelo do eucalipto, na região de Andradina a cana e o boi. E a gente não pode deixar de criticar essa linha de desenvolvimento, que não vai fazer mudanças estruturais. Em terceiro lugar, acho que nós deveríamos - nesse lugar que é a Universidade – fazer grupos de estudos e pesquisa relacionados a estas questões que interessam a sociedade, e ainda mobilizar forças políticas sociais relacionadas a essa questão para insistir na mudança desses projetos desenvolvimentistas. Eu acredito que, apesar da luta social de massa estar em desenso, a sociedade hoje está bastante sensível a certa questões como a do meio ambiente, dos agrotóxicos que envenenam tudo e a questão da soberania alimentar porque, daqui a pouco, como vamos alimentar a população mundial?

Resposta de Winnie Overbeek:

Bioma é importantíssimo, mas é um conceito muito mais difícil de entender porque é uma coisa mais completa, falamos do bioma da mata atlântica, bioma do cerrado. E como o bioma do cerrado tem até florestas, e outras áreas como a chapada, pasto, acabamos falando muito de floresta e pouco do cerrado. Mas temos que lembrar do cerrado, pois cada região tem sua identidade. Uma vez vi um filme de uma organização lá do Espírito Santo que trabalha com agricultura alternativa - como falar que nós somos de uma região de mata atlântica, era a questão. É possível alguém até rir, porque hoje temos apenas 5% de mata atlântica, então

¹²Transcrição do debate da apresentação de Winnie Overbeek na mesa-redonda “O papel da Universidade e das Organizações Sociais frente à formação do complexo celulose-papel”, correspondente ao “I Simpósio sobre a formação do complexo celulose-papel em Mato Grosso do Sul: limites e perspectivas”, realizado na UFMS – Campus de Três Lagoas, no período de 30 de Junho a 02 de Julho de 2011. Transcrito por Danilo Souza Melo e João Baccarin Xisto Paes, e editado por Rosemeire A de Almeida.

¹³ Assentado em Andradina/SP e membro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/MST.

como nós somos de uma região de mata atlântica? Mas esta é a nossa identidade, esta é a nossa origem e aquelas pequenas parcelas de mata atlântica que sobram, se não fossem essas pequenas parcelas a grande cidade de Vitória não tinha água porque depende de rios que vem da região serrana onde ainda tem a mata atlântica, portanto há uma necessidade muito grande de recuperação de tudo aquilo. Recuperar tudo aquilo e conservar as comunidades, o clima para a sustentabilidade da região. Então acho que qualquer proposta que a gente for pensar como alternativa a este modelo de desenvolvimento tem que pensar o bioma, seu potencial. Bioma exige respeito, então tem que partir daí. Sobre o modelo de desenvolvimento, fico preocupado porque o Brasil hoje está cada vez mais dependendo das *commodities* como soja, carne, a celulose. Por exemplo, a celulose está começando a transformar a região de Três Lagoas que vai depender disso e é um grande risco essa dependência porque esse setor - como capitalismo em geral - vive de euforia para depois entrar em crise. Na crise de 2008, lá no Espírito Santo, todo mundo que era terceirizado foi demitido, depois que a situação ficou um pouco mais tranquila, recontratou. Quando o preço da celulose caiu, a própria Aracruz passou a ter uma dívida de bilhões, por isso começou a demitir, e quem manteve o empregou sofreu uma exploração muito mais intensa por não se ter alternativa econômica na região. Hoje eles estão vivendo a possibilidade de uma nova crise, não sabe quando porque a China é uma incógnita, hoje a China consome toda a nova celulose que chega ao mercado. Então todo esse projeto em Mato Grosso do Sul é voltado para a China e outros países emergentes. Se China - ao final deste crescimento totalmente maluco - em algum momento cair, para onde vai à celulose? Como ficará o futuro dessa região?

Questão 2 - Mateus Arantes¹⁴

Minha reflexão é sobre o problema da migração do campo para a cidade. Parece que ficou claro que o sistema que vocês discutiram é o inverso disso, ou seja, propõem a saída da cidade para o campo. Eu não sei se ficou claro para todo mundo isso, mas a defesa da agricultura familiar pressupõe que a gente volte para o campo. E, na verdade, a ampla demanda que estamos tendo das grandes indústrias é justamente pela vida nas grandes cidades. E a segunda questão, é sobre o desenvolvimento da agricultura familiar no mundo, principalmente no Brasil. Tive a oportunidade de visitar todos os assentamentos - ou quase todos - em Três Lagoas e escutar o povo, como o Winnie falou. Percebi que o desenvolvimento da agricultura familiar é mínimo por parte deles, por parte do governo, ONGs ou da iniciativa privada. Eles não conseguem formar lideranças, não conseguem produzir, não conseguem se articular. Enfim, com base nisso, quero saber como a gente pode resolver o problema, porque muito se fala do problema. Concluo o seguinte: isso não está beneficiando ninguém; não vai beneficiar o grande a longo o prazo, e também não vai beneficiar os pequenos porque eu estou olhando os pequenos e muito pouco se tem feito por eles, muito pouco mesmo. Eu não vejo renda nos pequenos, pelo menos em Três Lagoas. Aqui a gente não tem índio e nem quilombolas - não é muito a característica da região - são pequenos agricultores. Então, são essas duas

¹⁴ Secretario Municipal do Meio Ambiente de Três Lagoas/MS.

colocações - porque entendo que o problema de renda é crítico, mas não é só isso. Tem o problema social do desenvolvimento, há vários projetos no Brasil envolvendo pequenos, médios e grandes produtores que recupera solo, recupera nascentes, as matas e a produção. Enfim, dá para harmonizar tudo dentro do mesmo sistema tanto para aqueles que querem ficar na cidade como aqueles que querem ficar no campo. Eu não sou contra uma coisa nem outra, acredito no desenvolvimento social do Brasil como um todo, olhando todas as classes sociais. Eu acho que as grandes plantações convivem muito bem com as pequenas produções. O problema é para onde mandar essa comercialização. Como articular técnica, produção orgânica, merenda escolar? Como você articula o desenvolvimento da sociedade junto com o pequeno produtor? É isso que está faltando, e não tem. Em Três Lagoas existe o projeto PAIS, esse projeto acabou porque não tem demanda. O grande problema do Brasil está na produção. A nossa riqueza de biodiversidade permite que se produza demais! Se eu produzo demais, para onde vai o preço? Esta história já não é de hoje. O potencial produtivo brasileiro é muito alto. Mas aonde iremos colocar a mercadoria?

Resposta de Winnie Overbeek:

Pensando a migração campo-cidade, acho que hoje é um momento interessante para discutir isso porque a situação na cidade não é nada boa, é muita violência. No extremo sul da Bahia fizemos alguns estudos nas periferias junto ao pessoal que veio do campo - eles foram empurrados para lá por vários motivos como consequência da expansão do eucalipto. A situação das famílias é uma coisa terrível, é muita transformação. Juntando essa questão com a pergunta sobre a cultura, vemos que esse pessoal que veio do campo não está acostumado com a dinâmica da cidade, é um choque para eles. Os filhos começam a se envolver nos grandes problemas da cidade e é muito complicado para o camponês que não está preparado para resolver isso. Outro problema é o fato de que ele não tem qualificação - hoje em dia é muito exigido a qualificação –, então acaba envolvido numa grande confusão fruto dessa migração. Hoje, o que tem para essa população são aqueles cursos que se pode fazer em um mês, seis meses. No Espírito Santo é técnico em petróleo, o grande negócio é o petróleo, então todos vão nessa direção. Mas entendo que a grande questão são os jovens que estão saindo do campo e tem dificuldade para se manter economicamente na cidade, não tem perspectiva. Para resolver o problema, e tornar o campo atrativo, temos que lutar por uma inversão de prioridades, porque mesmo tendo aumentando o apoio à agricultura familiar, o BNDES gasta muito com o agronegócio nesse país, é muito dinheiro. Nós estamos envolvidos numa articulação da sociedade civil chamada de plataforma BNDES, estamos tentando transformar o BNDES - que é um órgão público - num banco que apóie as iniciativas que realmente geram emprego e consumo. O BNDES não tem critério, o único critério que exige é gerar emprego, mas nem emprego gera-se. Por exemplo, o emprego para construir uma fábrica de celulose é frágil, além disso, gera-se muito problema também, muito tumulto, e depois de 18 meses acabou o emprego. Então temos que questionar esse critério. Para uma fábrica nova, hoje o BNDES dá em torno de dois a quatro bilhões de reais, o que a gente pode fazer com a agricultura familiar com dois a quatro bilhões de reais? Isso é só uma fábrica,

imagina o quanto recebe esse setor de celulose? Invertendo essa lógica do modelo de desenvolvimento, investindo na produção de alimentos saudáveis, resolveremos muitos desses problemas. O Brasil é recordista no consumo de agrotóxicos, isso é um dado importante porque está relacionando a um investimento nisso. E a quantidade de pessoas que morrem por ano no Brasil por causa de agrotóxico e não é divulgado, é preocupante. As comunidades rurais têm sempre uma história para contar: é do fulano de tal que era machão, dizia que não precisava usar equipamento, e hoje morreu. São quarenta e poucos anos e muitas histórias assim, além dos suicídios.

Questão 3 - Edevaldo Aparecido Souza¹⁵

Quero fazer uma questão mais pontual, é com relação à ausência de valoração econômica e cultural nesse processo de implantação dos projetos, no caso do eucalipto. Nessa região do Espírito Santo onde o eucalipto já está há mais tempo como se deu o processo de territorialização, ocupação das terras, foi apenas a partir de compra ou tem também arrendamentos? Em relação a valoração econômica, ela quase nunca é pensada, imagino que no Espírito Santo seja igual. Ou seja, a partir da compra ou do arrendamento das fazendas como fica o comércio local? Fala-se muito do comércio que visa atender o público que está chegando, como restaurantes, bares, por exemplo. Mas e o comércio que vende equipamentos agrícolas? Grandes corporações não compram no local, buscam de foram. Então como fica o vendedor de pneu de equipamentos agrícolas, aquele que vendia para os fazendeiros, não só equipamentos, mas também peças de reposição. O mecânico que antes tinha serviços demandado por essas fazendas e que agora as grandes corporações compram ou contratam seus mecânicos. Esse tipo de valoração econômica não é pensado, as grandes corporações sabem disso, mas não dizem. E a outra questão, no caso da existência de arrendamentos, é saber as condições em que essas terras retornam ao proprietário. Como fica a capitalização dos proprietários que terão que refazer suas terras? Ou seja, destocar, fertilizar novamente o solo, mas não é só isso, a cerca que foi tirada, a sede que foi derrubada, toda a infra-estrutura que tinha nessa propriedade. E nem sempre o proprietário médio, e até grande, disponibiliza de recurso. Não tendo capital para isso como fica o poder de barganha na questão dos preços para um novo contrato? Ou então para a venda dessas terras? A outra pergunta é com relação a questão cultural. O Winnie mostrou um cemitério e eu penso o seguinte: essa perda é uma coisa que a gente nunca mensura, não pensa o que ela representa. O que significa para uma comunidade perder aquilo que faz parte das suas raízes, não só o cemitério, mas uma série de outras coisas, um simples pé de laranja que se plantou quando era moleque? Enfim, poderia enumerar uma série de outras coisas. A valoração cultural, o sentimento de pertencer ao território é muito profundo e desencadeia também várias doenças. Quantas pessoas, camponeses, morrem de depressão e isso não é diagnosticado como consequência da desterritorialização.

¹⁵ Prof. MSc. da Universidade Estadual de Goiás/UEG.

Resposta de Winnie Overbeek:

Edevaldo penso que não temos muita noção dessa questão cultural. Por exemplo, nessas comunidades indígenas que eu trabalhei muitos anos, essa chegada do eucalipto mudou a vida dessas pessoas que viviam da mata e mudou tanto para as mulheres como para os homens, foi a destruição da casa e do modo de vida. Hoje a Aracruz finalmente entregou as terras, fez um acordo e agora eles têm que resolver a vida buscando recuperar, reconstruir a aldeia, as mulheres estão se organizando, mas, olha, é muito difícil porque o dano foi muito grande, a violência foi muito grande. A mesma coisa nas comunidades quilombolas, onde ainda há identidade, porém negada pela Fibria. Esta empresa não aceita que a comunidade use o nome quilombola em nenhuma relação ou projeto com a empresa, isso é discriminação. Então há uma diversidade cultural tão grande no campo, mas a mídia vai negando isso, tudo tem que entrar naquele modelo de consumo padronizado. Por exemplo, temos muitas reportagens no jornal da menina do campo que foi a primeira vez no cabeleireiro na cidade, ou então ao shopping, destacando a maravilha que foi isso para a menina. Olha ela tem todo o direito de fazer isso, mas a forma como isso é explorado, trabalhado, deixa a gente indignado porque revela o desrespeito pela diferença, pela cultura. Então essa questão cultural precisa ser valorizada e temos que falar para as outras pessoas que isso tem que ser respeitado. Fizemos uma coisa muito interessante no Espírito Santo, uma experiência de um Relatório de Impacto em Direitos Humanos, assunto que EIA e RIMA não dá conta porque todo mundo sabe que aquilo não satisfaz nem mesmo em relação aos impactos para o meio ambiente, ou seja, o RIMA não consegue dar conta da violação dos direitos das populações. Então fizemos um relatório sobre as comunidades quilombolas, foram 160 páginas revelando a violação de direitos. Direitos colocados na Constituição, e que estão em convenções internacionais que o Brasil ratificou, e que estão sendo violados. Então nós temos que avançar muito e melhorar nossos instrumentos para começar a valorizar a cultura e passar isso para as outras pessoas.

Sobre a pergunta da questão econômica, vejamos o caso do fomento. No Espírito Santo o que mais tem é o fomento, até Marina Silva, na época em que estava no governo, defendia o fomento como forma de descentralizar o plantio porque acabaria com a produção em larga escala e cada produtor teria um pouquinho de eucalipto. Mas o que acontece é que no Espírito Santo o cálculo apresentado para o produtor é a bastante atrativo, ou seja, fica mais atrativo na medida em que você planta mais como faz o grande fazendeiro. A empresa vem com calculadoras e mostra que se você plantar tal quantidade vai ganhar tanto. E tem uma coisa a mais no Espírito Santo, lá costumam fazer mais o fomento na região serrana porque é uma região muito difícil para a empresa plantar. A máquina não funciona bem, quebra demais, é um custo muito alto, agora, se o camponês vai plantar para a empresa, já muda de figura porque no contrato fica acertado que eles fornecem as mudas e os insumos para plantar. Mas, o trabalho, o corte e o transporte são feitos por conta do pequeno produtor. Então, se tiver qualquer problema no plantio é também por conta dele porque no contrato já tem uma produção estimada, qualquer mudança porque você não entendeu bem ou não ouviu as recomendações do técnico da empresa, é sua responsabilidade. Depois de sete

anos você vai lá conversar com os camponeses que fizeram fomento e encontra pessoas que tiveram muita dificuldade para cortar aqueles morros de eucalipto. Há caso de camponês que vendeu café para pagar a Aracruz porque a empresa trabalha com adiantamento - isso também é um atrativo; se você assinar o contrato recebe, vamos dizer, cinquenta por cento do valor total. É um dinheiro grande, e você já vai se animar, mas pode ser também uma ilusão. Existem vários exemplos de problemas de terras que foram arrendadas e o dono mora em outro estado, a terra fica lá com problemas de licenciamento ambiental.

Questão 4 - Rosemeire Aparecida de Almeida¹⁶

Minha intervenção não é necessariamente uma pergunta, talvez uma consideração. Acredito que há uma cultura no campo que produz a resistência e a re-existência, mas tem também uma crise instalada no campesinato brasileiro, em especial junto aos assentados. Estamos vivendo um período de abandono da Reforma Agrária, de forma específica na microrregião de Três Lagoas - que pesquiso há dez anos. Temos apenas dois assentamentos do INCRA em Três Lagoas, então é muito difícil fazer desapropriação neste município. O primeiro foi instalado a cerca de dez anos, o segundo é o projeto "20 de Março" que foi implantado recentemente, e há dois anos espera crédito do governo. Veja, é a ausência dos recursos básicos - voltados a instalação da família no lote - justamente no início que é a fase de estruturação da vida, pois o sujeito leva no mínimo um ano para começar a produzir para o autoconsumo, já o excedente vem bem depois. Isso não significa descrédito no caminho da terra dividida, ao contrário, defendo a Reforma Agrária como uma alternativa a esse modelo das grandes corporações no campo, mas não pode ser essa que estão fazendo. Penso que devemos discutir algumas alternativas no tempo presente, construídas, sobretudo, em cima da crítica a essa contrarreforma agrária que foi feita nos últimos governos. É preciso que a gente faça uma reflexão deste modelo de agricultura em que o Estado concede quinze bilhões para a agricultura familiar e cem bilhões para o agronegócio. Analisar, por exemplo, as contradições do processo, pois, ao mesmo tempo, em que o IBGE aponta que setenta por cento dos alimentos consumidos no Brasil são produzidos pelos camponeses, no campo este sujeito deseja que seu filho siga outro caminho. Este desencontro - e a crise alimentar que se desenha a partir dele - nos revela que é preciso valorizar culturalmente e economicamente os camponeses, é fundamental educação do/no campo, saúde, qualidade de vida, e uma agricultura familiar camponesa subsidiada pelo Estado – organizando produção e consumo. Estamos carentes de um projeto de sociedade, e de Estado, que coloque a agricultura familiar camponesa como alternativa, não uma alternativa romântica, mas, sim, real. Então, eu estou pensando pragmaticamente, ou seja, precisamos fazer momentos como este em que a reflexão é a tônica, mas também é preciso uma intervenção política. Quero acreditar que se aproxima o dia em que nossas discussões poderão se tornar política pública a favor dos camponeses, porque eles são um reservatório ético e devem ser valorizados por isso.

¹⁶ Profa. Dra. da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus de Três Lagoas.

Resposta de Winnie Overbeek:

Existem campanhas importantes em defesa da agricultura familiar, essa campanha da Via Campesina contra o agrotóxico é um exemplo; passamos a hora de se ter uma campanha nacional em prol de uma política pública de produzir comida saudável de forma subsidiada. Mas há dificuldade para os camponeses fazerem essa transição para a agroecologia e acho que a universidade pode ajudar. Além disso, o movimento camponês precisa se unir com o MST no sentido de trabalhar a questão da educação do campo para o pessoal ficar no campo. Imagine quantos filhos vão ficar no campo? Tem que haver articulação no movimento camponês porque a assistência técnica é outro problema, por exemplo, o que eles vão aplicar veneno ou agroecologia? É uma opção que tem que ser feita, mas que, muitas vezes, não é feita corretamente por falta de assistência. E numa terra degradada que se aplica o método convencional, a tendência é ter mais problemas em breve. Nós temos que investir muito mais nas pesquisas pensando o que é possível fazer na região em que atuamos. Enfim, sobre o que a universidade pode fazer? Acho que ela deve ir à comunidade e sentir os impactos. Agora uma questão pouco falada aqui diz respeito à poluição das fábricas que é uma coisa que no Espírito Santo a gente nunca conseguiu monitorar, espero que vocês consigam.

Questão 5 - Talita Sgobi Martins¹⁷

Achei muito interessante saber dessa experiência de, mais ou menos, quarenta e quatro anos no Espírito Santo da cultura do eucalipto. Então pergunto, hoje quais são as possibilidades para os acadêmicos, especialmente os que estudam geografia agrária - e se interessam pelo assunto do eucalipto, de evitar, ou amenizar, essa miséria, essa violência que o Winnie destacou? Para que no futuro não aconteça na nossa microrregião o que vocês falaram. Como podemos batalhar para entender o que está ocorrendo na região e assim amenizar esses problemas?

Resposta de Winnie Overbeek:

Creio que temos que aprender a ouvir os saberes locais e compreender o que está acontecendo. Não temos uma tradição de elaboração de políticas públicas e isso tem uma série de consequências e dificuldades que devemos buscar entender mais. Discordo que as grandes plantações possam conviver com as pequenas, nossa experiência com os quilombolas revelou que não dá certo. É uma dificuldade enorme por causa da lógica reprodutiva diferente. Por isso defendemos o zoneamento participativo com o povo. Para que eles possam dizer: “Olha, aquele eucalipto ali do lado da minha terra está atrapalhando a minha vida. Precisa ir pra outro local, senão não consigo evoluir com minha família, criar meus filhos”. Temos vários exemplos de municípios que fizeram política pública, principalmente na Bahia,

¹⁷ Acadêmica do curso de bacharelado em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Campus de Três Lagoas.

lá aprovaram leis restringindo as áreas para o plantio de eucalipto, do contrário o município teria sido tomado. Tivemos um estudo do Governo Estadual da Bahia muito interessante, eles fizeram mapas mostrando as áreas de plantio e suas áreas de influência. Foram feitas pesquisas de campo para demonstrar os efeitos da plantação na comunidade. E, mesmo assim, sabemos que essas áreas de influência são muito maiores, mas já é um começo porque os pequenos produtores têm muito mais dificuldade para se manter, de conduzir a sua vida, do que o agronegócio. Então precisam ser protegidos por políticas públicas.